

**RENATA C. VIEIRA MAIA  
DIOGO RIBEIRO FERREIRA**

Coordenadores

## **PROCESSO CIVIL APLICADO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

**NOVAS TENDÊNCIAS A PARTIR DO CPC DE 2015**

Prefácio

**HUMBERTO THEODORO JÚNIOR**

Apresentação

**Sebastião Helvecio Ramos de Castro**



Impulsionadas por contribuições de autores como Humberto Theodoro Júnior e Fredie Didier Júnior, que atuaram na própria elaboração do novo Código de Processo Civil, as reflexões doutrinárias construídas em estudos e debates na disciplina “Atualização em Processo Civil com ênfase em normas aplicáveis ao Controle Externo”, integrante do Programa de Pós-Graduação da Escola de Capacitação Professor Pedro Aleixo, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, reunidas neste livro, apresentam-se à comunidade acadêmica como contribuições científicas aos novos tempos inaugurados pelo advento do novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/2015, especialmente quanto à sua aplicação pelos Tribunais de Contas.

A coletânea, inegavelmente, enriquece a doutrina brasileira especializada, pelo que os seus idealizadores e colaboradores estão de parabéns pela excelente obra. Relevantes serão, sem dúvida, os benefícios que os estudos certamente prestarão à literatura relacionada com os Tribunais de Contas brasileiros.

Humberto Theodoro Júnior

### **Autores**

Renata C. Vieira Maia  
Diogo Ribeiro Ferreira

## **PROCESSO CIVIL APLICADO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

**Novas tendências a partir  
do CPC de 2015**

### **Área específica**

Direito Administrativo.

### **Áreas afins**

Direito Financeiro, Teoria Geral do Processo.

### **Público-alvo/consumidores**

Membros dos Tribunais de Contas, Procuradores dos Tribunais de Contas, Servidores públicos dos Tribunais de Contas, Estagiários, Advogados.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001070

P963 Processo civil aplicado aos tribunais de contas: novas tendências a partir do CPC de 2015 / Renata C. Vieira Maia, Diogo Ribeiro Ferreira.– Belo Horizonte: Fórum, 2017.

233 p.

ISBN: 978-85-450-0204-8

1. Direito processual civil. 2. Direito administrativo. 3. Teoria geral do processo. I. Maia, Renata C. Vieira. II. Ferreira, Diogo Ribeiro. III. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MAIA, Renata C. Vieira; FERREIRA, Diogo Ribeiro. Processo civil aplicado aos tribunais de contas: novas tendências a partir do CPC de 2015. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 233 p. ISBN 978-85-450-0204-8.

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

Humberto Theodoro Júnior ..... 11

### APRESENTAÇÃO

Sebastião Helvecio Ramos de Castro ..... 15

### INTRODUÇÃO

Gustavo Terra Elias ..... 17

### RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL – IMPORTÂNCIA SEMPRE CRESCENTE NA ESFERA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Humberto Theodoro Júnior ..... 19

1 Introdução ..... 19

2 Importância do médio constitucional ..... 21

3 Natureza jurídica da reclamação constitucional ..... 23

4 O papel atual da reclamação ..... 25

5 Legitimação ..... 28

6 Interesse ..... 28

7 Hipóteses de cabimento da reclamação constitucional ..... 29

8 Reclamação contra ato jurisdicional ..... 30

9 Competência ..... 35

10 Efeitos ..... 36

11 Conclusões ..... 37

Referências ..... 38

### SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS E OS DEVERES INSTITUCIONAIS DOS TRIBUNAIS: UNIFORMIDADE, ESTABILIDADE, INTEGRIDADE E COERÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA

Fredie Didier Jr ..... 41

1 Nota introdutória ..... 41

2 Deveres institucionais dos tribunais relacionados ao sistema de precedentes ..... 42

2.1 Dever de uniformização da jurisprudência ..... 42

2.2 Dever de manter a jurisprudência estável ..... 43

2.3 Dever de coerência e dever de integridade ..... 44

2.3.1 Premissas ..... 44

2.4 Dever de coerência ..... 48

2.4.1 Generalidades ..... 48

2.4.2 Alguns critérios para aferição da coerência ..... 50

2.4.2.1 Conformidade com o repertório conceitual da Teoria Geral do Direito e da Dogmática Jurídica ....	50
2.4.2.2 Recondição a uma mesma norma superior .....	51
2.4.2.3 Conformidade com a regra que impõe requisitos para a congruência interna da decisão ....	53
2.5 Dever de integridade .....	53
Referências .....	56

#### EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO JUDICIAL DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ANÁLISE DA EXECUÇÃO JUDICIAL À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Cristina Andrade Melo .....	59
1 Introdução .....	59
2 Desenvolvimento .....	59
2.1 A quem pertence o crédito decorrente das decisões dos Tribunais de Contas? .....	60
2.2 Execução de título executivo extrajudicial .....	62
3 Conclusão .....	65
Referências .....	65

#### AS TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA NO CPC/2015 E SUA REPERCUSSÃO NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Renata C. Vieira Maia .....	67
1 Introdução .....	67
2 Competência jurisdicional dos Tribunais de Contas no Brasil .....	68
2.1 Da competência complementar implícita do poder jurisdicional dos Tribunais de Contas no Brasil ...	70
2.1.1 O poder cautelar dos Tribunais de Contas e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ..	73
2.2 Do poder de cautela do Tribunal de Contas da União e de Minas Gerais e aplicação subsidiária ou supletiva do CPC/2015 .....	74
3 Das tutelas provisórias no CPC/2015 .....	77
3.1 Requisitos para concessão das tutelas provisórias de urgência (cautelar e satisfativa) e procedimento distinto em se tratando de deferimento em caráter antecedente .....	79
4 Da reconfiguração das tutelas provisórias e sua aplicabilidade no âmbito do Tribunal de Contas ....	80
5 Conclusão .....	82
Referências .....	83

#### A FUNÇÃO JURISDICIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Denise Mariano de Paula, Evandro Martins Guerra .....	85
1 Introdução .....	85
2 O Estado e suas diversas acepções .....	86
2.1 O Estado Democrático de Direito .....	90
3 Tripartição das funções .....	93
4 Jurisdição .....	95
5 Tribunais de Contas .....	97
5.1 Natureza jurídica e função de controle .....	99
5.2 Competências constitucionais .....	101
5.2.1 Emissão de parecer prévio .....	103
5.2.1.1 Funções política e administrativa da Administração Pública .....	103
5.2.1.2 Parecer prévio sobre as contas de governo .....	104
5.2.2 Função jurisdicional .....	107
6 Conclusão .....	118
Referências .....	119

#### EFETIVAÇÃO DO CONTRADITÓRIO SUBSTANCIAL NOS PROCESSOS AUTUADOS JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: FUNDAMENTAÇÃO ANALÍTICA, DEFESA TÉCNICA E A VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA

Alderico Kleber de Borba, Túlio César Pereira Machado-Martins .....	123
1 Introdução .....	123
2 Redefinição e alcance do contraditório .....	124
3 O contraditório substancial nos processos de prestação de contas .....	134
4 Conclusão .....	137
Referências .....	138

#### NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUA APLICAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS: DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA E PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA VERDADE MATERIAL

Diogo Ribeiro Ferreira .....	141
1 Introdução: experiência de vida e ônus da prova .....	141
2 Dever geral de prestação de contas e ônus da prova quanto à aplicação de recursos públicos .....	142
3 Aplicabilidade do NCPC ao Tribunal de Contas .....	145
4 Inovações da legislação pátria quanto à distribuição do ônus da prova: CPC/73 e NCPC .....	147
5 Conclusão: distribuição dinâmica do ônus da prova e verdade material .....	149
Referências .....	151

## A ATUAÇÃO DO ADVOGADO NA AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS DE ACORDO COM O NOVO CPC E A LEI DE MEDIAÇÃO

Ana Carolina Ramos Jorge, Cláudia Maria Gomes de Souza, Fernando Gonzaga Jayme, Mayara de Carvalho Araújo .....	153
1 Introdução .....	153
2 A indispensabilidade do advogado na administração da justiça .....	157
3 O dever de cooperação no processo civil .....	160
4 A colaboração prestada pelo advogado .....	161
5 Considerações finais .....	163
Referências .....	164

## POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE MECANISMOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL NOS PROCESSOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Maria Regiane Marques Megale .....	167
1 Introdução .....	167
2 O Direito Processual Civil .....	168
3 Dos novos mecanismos para conciliação à luz do novo Código de Processo Civil .....	169
4 A mediação à luz da Lei nº 13.140/2015 .....	171
5 Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e seu mecanismo de solução consensual .....	174
5.1 TAG – Termo de Ajustamento de Gestão .....	175
6 Considerações finais .....	178
Referências .....	178

## TRIBUNAIS DE CONTAS E O NOVO CPC: REFLEXÕES ACERCA DO ADVENTO, DA APLICABILIDADE E DAS SEMELHANÇAS FINALÍSTICAS E PRINCIPOLÓGICAS

Matheus Santos Barreto Ramos do Prado, Saulo Milleo e Silva .....	181
1 Introdução .....	181
2 Adventos do novo Código de Processo Civil .....	182
3 Aplicabilidade das normas processuais cíveis em âmbito administrativo .....	185
4 Semelhanças finalísticas e principiológicas .....	188
5 Conclusão .....	192
Referências .....	192

## A REVISIBILIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: UM ESTUDO À LUZ DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS NO BRASIL

Lucas Alvim Paiva .....	195
1 Introdução .....	195
2 Da natureza jurídica dos Tribunais de contas .....	197
3 Das decisões das Cortes de Contas .....	199
4 Da revisibilidade das decisões dos Tribunais de Contas pelo Poder Judiciário .....	202
5 Conclusão .....	204
Referências .....	205

## DA RELATIVIZAÇÃO DA OUTORGA CONFERIDA AO TRIBUNAL DE CONTAS PARA EXERCER JUÍZO DE CONSTITUCIONALIDADE

Juliana Gonçalves Pontes .....	207
1 Introdução .....	207
2 Competência do Poder Judiciário para o controle de constitucionalidade .....	208
3 Das formas de controle interno e externo dos poderes .....	209
3.1 Do Tribunal de Contas .....	211
4 Atuação constitucional do Tribunal de Contas .....	213
5 Conclusão .....	217
Referências .....	218

## JUÍZO DE CONSTITUCIONALIDADE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS E A INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA Nº 347 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Otávia Maria de Carvalho Vieira .....	221
1 Introdução .....	221
2 Uma visão do campo sob abordagem .....	222
3 Conclusão .....	228
Referências .....	229

SOBRE OS AUTORES .....	231
------------------------	-----